

O retorno do Estado, a crise pandémica e o *keynesianismo* de exceção

Almerindo Janela Afonso*

Resumo:

De tempos a tempos multiplicam-se as reflexões sobre o suposto retorno do Estado. Não farei qualquer balanço dessa literatura. Na verdade, não tendo o Estado desaparecido, trazer o Estado de volta é uma mera metáfora. Na conjuntura pandémica atual, mesmo assumindo um keynesianismo de exceção, o mais importante a sublinhar é a contínua convivência do Estado com o aprofundamento das desigualdades e a preservação do capitalismo.

Palavras-chave: Estado; Estado-nação; crise pandemia; Estado-providência; desigualdades.

The Return of the State, the Pandemic Crisis and *Emergency Keynesianism*

Abstract:

From time to time, reflections multiply on the supposed return of the State. I will not review that literature. In reality, since the State did not disappear, bringing the State back is a mere metaphor. In the current pandemic conjuncture, even assuming an emergency Keynesianism, the most important thing to underscore is the continued coexistence of the State with the deepening of inequalities and the preservation of capitalism.

Keywords: State; Nation-state; pandemic crisis; State-providence; inequalities.

Em diferentes momentos históricos, ou conjunturas particularmente marcadas por graves problemas sociais e económicos, multiplicam-se as reflexões sobre o suposto retorno do Estado. Atualmente, devido à crise pandémica, estamos perante uma dessas conjunturas. Na verdade, não tendo o Estado desaparecido, *trazer o Estado de volta* é uma mera metáfora, querendo significar o reforço ou alteração das suas funções ou a necessidade (conjuntural) do seu renovado protagonismo ou centralidade política¹.

* Sociólogo, Doutor em Educação. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho, Portugal. End. eletrónico: ajafonso@ie.uminho.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9879-5814>

Este artigo insere-se no projeto Políticas, Governação e Administração da Educação – Educação 3 D – Democracia, Desigualdade e Diferença, financiado pelo Centro de Investigação em Educação (CIEE) (projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020), através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

¹ A título meramente ilustrativo, dos conhecidos cientistas políticos P. Evans, D. Rueschemeyer & T. Skocpol, em meados dos anos oitenta, foi editada a coletânea “Bringing the State Back In” e, uma década e meia depois, Bob Jessop escreve “Bringing the State Back In (yet again)”.

Mesmo sendo possível demonstrar que as causas desta pandemia, e de todas as pandemias anteriores, podem ser relacionadas com as diferentes formas como historicamente e, de forma continuada, o capitalismo tem fragilizado e fraturado as interações dos seres humanos com a natureza (Camargo, 2020; Alfie Cohen, 2020), é a própria preservação do capitalismo que, em última instância, continua a mobilizar os poderes dominantes. Poderes aos quais o Estado é particularmente permeável, mesmo numa conjuntura como a atual em que o condicionamento criado pelas classes dominantes parece mitigado (ou disfarçado) face à aparente prioridade das demandas redistributivas para atender aos impactos da crise pandémica no trabalho, na saúde, na educação. Talvez noutra ocasião seja oportuno voltar a isto para tentar perceber melhor várias questões que o contexto atual suscita ou repõe. Por exemplo, há na atual conjuntura alguma coisa de novo, face ao que já sabíamos, no que diz respeito à contribuição das políticas sociais para o *processo de acumulação* capitalista? Até que ponto as classes médias (ou pelo menos algumas das suas frações) estão a retirar ilações políticas e éticas do fato de, ao contrário dos restantes trabalhadores, lhes ser possibilitado manter os seus empregos e salários em condições de maior segurança física e sanitária comparativa, e longe dos contextos organizacionais e institucionais de trabalho e/ou dos constrangimentos dos tempos e modos de mobilidade?² Estaremos ou não perante ardilosas estratégias de extorsão dissimulada quando as grandes empresas capitalistas, altamente lucrativas e competitivas, se aproveitam oportunisticamente do contexto atual para pedir mais apoios ao Estado ou para fazer exigências que fragilizam ainda mais as já precárias relações de trabalho? Como é que se sentem aqueles/as que são empurrados para situações ainda mais precárias, do que as situações anteriores (já precárias), quando a sua força de trabalho, simplesmente, perdeu os últimos vínculos necessários à exploração, ou deixou de ter acesso ao escandaloso “privilégio da servidão”?³

Políticas sociais nacionais ou a invenção dos *comuns mundiais*

É neste contexto, agora marcado por novas desigualdades, que os apelos para o retorno do Estado têm tido tradução conjuntural no reinvestimento público emergencial em políticas sociais. E a este propósito têm também surgido versões díspares sobre a eventual possibilidade (ou urgência) do reforço

² Em artigo publicado noutro número desta revista, ainda que tangencial à minha interrogação, encontro uma abordagem, com a qual genericamente divirjo, mas que pode provocar um interessante debate. Fica aqui uma passagem: “[O vírus] começa destruindo as classes médias e vai ocupando todo o tecido social. Ele se reproduz pelas desigualdades obscenas e pelo desmonte de toda proteção social possível” (Silva, 2020, p. 124).

³ Acho impressionante, por condensar muitas das profundas e dramáticas mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, o oxímoro que Ricardo Antunes reutilizou para título de um dos seus livros.

da soberania e do poder de regulação do Estado-nação e/ou de retomada do modelo de Estado-providência ou, ainda, a desejabilidade de criação de uma outra organização política mundial que possa funcionar, em diferentes áreas, sem os eventuais bloqueios ou limitações das prerrogativas decorrentes das soberanias nacionais. Os mesmos analistas que no início da pandemia sugeriam que as intervenções dos governos e o fechamento das fronteiras provocariam o debate sobre a “*renacionalização* da política” acabaram por afirmar que “a crise do coronavírus está a fortalecer, não o Estado-nação, mas o Estado de Bem-Estar Social” (Börner, 2020, p. 20). Outros, a propósito das diferentes posições sobre o impacto do *Brexit* nas políticas sociais, lembravam que, enquanto os mais pessimistas consideravam a saída do Reino Unido da União Europeia como uma ameaça à salvaguarda de direitos consagrados no *modelo social europeu*, os mais otimistas achavam que o *Brexit* poderia “gerar apoio popular para políticas nacionais que revigorassem o poder redistributivo do Estado de Bem-Estar e a sua capacidade de responder aos desafios globais de longo prazo” (Edmiston, 2020, p. 43). Outros, ainda, introduziam uma nova nuance ao admitir que a pandemia levaria os Estados-nação a “voltarem-se ainda mais para dentro”, podendo, “ao mesmo tempo, a natureza global do vírus forçar a colaboração internacional para uma resposta eficaz” (Woods et al., 2020, p. 809).

Como as hipóteses são todas bastante discutíveis, vale a pena contrapor desde já que maiores investimentos em políticas públicas sociais (os quais, devido à pandemia, se têm verificado ultimamente em muitos países) não significam que o Estado possa voltar a ser caracterizado, conceptual e empiricamente, como Estado de Bem-Estar Social ou Estado-providência (pelo menos se considerarmos o modelo ideal-típico de cariz social-democrata desenvolvido nos países nórdicos pós-segunda Guerra Mundial). Não se interprete esta afirmação como uma deriva eurocêntrica, que seria, aliás, contrária às minhas próprias convicções, mas, sim, porque me parece continuar oportuno considerar as razões pelas quais se pode afirmar que, “passado ‘o compromisso social democrata’ (que, aliás, se restringiu a um punhado de pequenos países que ocupavam fortes posições na cadeia imperialista), praticamente todos os Estados encontram imensa dificuldade para ocultar seu papel de gerenciadores dos interesses comuns do conjunto da classe burguesa” (Almeida, 1998, p. 21). Excluo aqui, assim, outros modelos de Estado-providência ou mesmo de Estado desenvolvimentista em regimes políticos democráticos e, com maior razão, o chamado Estado social, tão caro aos regimes autoritários, ou com dimensões fascistas, como foi o caso do Estado Novo durante quase metade do século XX em Portugal (Torgal, 2016). Com efeito, as políticas na área social não são prerrogativa exclusiva dos regimes democráticos, como exemplificam, já no século XIX as que foram tomadas por Bismarck. Aliás, em forte contraste com as políticas sociais que acima referenciei

ao Estado-providência social-democrata, uma visão mais recuada confronta-nos com “a singularidade histórica de que as primeiras iniciativas importantes no sentido de um *welfare state* ocorreram antes da democracia e foram poderosamente motivadas pelo desejo de impedir sua realização” (Esping-Andersen, 1991, p. 94).

Tendo reconhecido, como sendo a melhor alternativa, a “resistência do Estado-providência” quando, nos anos oitenta e em países centrais, como a Inglaterra, esta forma política foi posta em causa pelas políticas neoliberais e neoconservadoras de governos da *nova direita*, acreditei na sua manutenção e defendi a necessidade da sua melhoria qualitativa, em áreas ou dimensões diversas, mas, naturalmente, mais voltado para a área da educação (ver Afonso, 2000). Continuo a fazê-lo sempre que, perante políticas reacionárias e antidemocráticas, esteja em causa defender políticas sociais progressistas, anteriormente consagradas e agora ameaçadas, ou que ainda possam ser alcançadas por movimentos sociais e lutas democráticas (de algum modo referenciáveis ao modelo social-democrata de Estado-providência ou, melhor ainda, a *utopias realizáveis* mais emancipatórias). É uma espécie de entre-lugar, eticamente impertinente e politicamente incômodo, com mais recuos nesta conjuntura do que avanços (um dos piores efeitos da pandemia não tem sido a desvitalização de muitos movimentos sociais?). Também por isso, e dadas as mudanças profundas ocorridas nas últimas décadas, em que a transnacionalização do capitalismo e as diferentes globalizações foram tecendo complexas teias e conivências (com a contribuição dos próprios Estados nacionais e muito em função das especificidades inerentes ao lugar que ocupam no *sistema mundial*), parece-me muito difícil (ou mesmo impossível) que grande parte desses Estados possa voltar a dispor de uma expressiva autonomia relativa, isto é, de uma ampla possibilidade de agir (internamente) à margem das condicionantes globais, e apenas em função de princípios keynesianos de intervenção e regulação no espaço nacional, assumindo a busca de compatibilização (ainda que conjuntural) das tensões e contradições capital/trabalho, e utilizando as políticas sociais como instrumentos de articulação do processo de legitimação e do processo de acumulação. Ou seja, políticas sociais que sejam (dentro das lógicas democráticas) suporte para expansão de direitos, ainda que, simultaneamente, dentro das lógicas do capitalismo, também instrumento de manutenção da ordem e coesão social necessárias à exploração. As alternativas possíveis, ou são no sistema ou fora do sistema. Fora do sistema, parecem mais fáceis de imaginar. Dentro do sistema, são mais difíceis de operacionalizar e, muitos de nós, temos boas razões para desconfiar delas. Mas vale a pena considerá-las. Afinal, “o que estamos a testemunhar é um momento de verdade em relação à crise da modernidade tardia e ao seu sistema capitalista numa escala ampla e abrangente” (Hanafi, 2020, online).

Uma alternativa mais propositiva (para os novos tempos) tem vindo a ser formulada por Christian Laval: “Se a consequência desta crise for o “retorno ao Estado-nação” e o “renascimento da soberania de Estado”, então estaremos diante de um dos mal-entendidos mais sérios da história. A única maneira de andarmos para frente é se passarmos a tratar a saúde como um bem comum global” (Laval, 2020, online). E numa entrevista recente o mesmo autor reafirma: “precisamos trabalhar para uma outra organização política mundial fundada na instituição de *comuns mundiais*, especialmente em matéria sanitária, climática, financeira, migratória, educativa, cultural”. Se assim for, “nem o neoliberalismo, nem o soberanismo podem responder às necessidades da humanidade” (Laval, 2020, p. 286). Na obra *Comum*, em coautoria, também se sublinha que “o âmbito nacional e a alavanca estatal são insuficientes ou inadequados para enfrentar os retrocessos sociais e os riscos ambientais”. E isso, em grande medida, porque têm vindo a ser anuladas “as crenças e as esperanças progressistas depositadas no Estado”, em consequência de este assumir “a função de dobrar a sociedade às exigências do mercado mundial” e da globalização (Dardot; Laval, 2017, p. 14-15). Para fechar este ponto, retomo aqui *en passant* uma observação que já não sendo recente continua muito pertinente e atual. Está incluída noutro número da revista *Lutas Sociais* em que Lúcio Flávio de Almeida adverte para a necessidade de se fazer com muito cuidado o exame das relações entre os Estados nacionais e os processos de transnacionalização do capitalismo porque, “como o neoliberalismo faz apologia da globalização, ocorre uma forte tendência para atribuir aos Estados nacionais o papel de ‘vítimas’ deste processo” (Almeida, 1998, p. 20). No entanto, os Estados nacionais desempenham um papel ativo, nomeadamente quando procuram salvaguardar externamente os interesses das classes dominantes – o que, também por isso, põe a nu as falácias ideológicas da neutralidade do Estado, que só ingenuamente nos levariam a acreditar que se possa concebê-lo como lugar ou expressão de um suposto *bem comum*⁴.

Entre o Estado de exceção e o Keynesianismo de exceção

Seja como for, mesmo quando a maioria reconheceu a importância das orientações da Organização Mundial da Saúde, era expectável que o Estado voltasse a ter mais protagonismo, mas isso, por razões várias, não se traduziu em atuações idênticas em todos os países. Os próprios regimes políticos puderam e podem, com maior ou menor legitimidade, por persuasão cívica e científica, ou até por necessidade de afirmação, adotar medidas diferenciadas. Aliás, essas

⁴ Refiro-me a um dos postulados da teoria pluralista sobre o Estado, já que a expressão pode fazer sentido quando referenciada sobretudo a certos contextos institucionais, locais, comunitários ou a determinadas práticas sociais.

diferenças foram notórias logo no início da pandemia quando comparamos governos com práticas políticas de diferente densidade democrática ou mesmo autocráticas. Com efeito, “em alguns casos, prevaleceu um capitalismo de Estado autoritário, enquanto noutros a face mais social do Estado apareceu com maior força” (Bringel, 2020, p. 181). Mas os estudos disponíveis não são convergentes, havendo uma pluralidade de fatores e condições que explicam que “todos os governos responderam à crise, mas não ao mesmo tempo, nem exatamente da mesma maneira, ou com a mesma força ou rigor” (Capano *et al.*, 2020, p. 287), e outros sugerem “que não existe uma correspondência clara entre o regime político e a severidade das medidas adoptadas” (Barbeito Iglesias & Iglesias Alonso, 2020, p. 709).

A este respeito, tem também sido levantada a questão de saber se a democracia resiste, ou não, a esta crise. Em países com maior estabilidade democrática, a ascensão de movimentos racistas e de extrema direita fez temer que o vírus da pandemia pudesse vir a ser “a parteira secreta de regimes autoritários” (Turner, 2020, p.11). Isso traduziu-se na explicitação do receio (fundado possivelmente na transposição de quadros de análise relativos a outras situações históricas) de que as medidas (temporárias) de emergência, decididas por diferentes governos para fazer frente à pandemia, as quais implicaram privação de direitos fundamentais, tenderiam a tornar-se definitivas e, assim, normalizar (ou prolongar *sine die*) o que só seria admissível num breve e justificado Estado de emergência ou de exceção. Foi essa a posição inicial de Giorgio Agamben que tem considerado (e, em muitos casos, com respaldo em realidades diversas) que o Estado de exceção passou a ser frequente ou mesmo normal (Agamben, 2018). Mas não é apenas o *Estado de exceção* que tem sido objeto de interpretações várias. Há também outras posições e justificações que podem suscitar dúvidas se não forem contextualizadas. É o caso de Slavoj Žižek quando escreve que “um Estado forte é necessário em tempos de epidemias, uma vez que medidas em grande escala, como as quarentenas, devem ser realizadas com disciplina militar” (Žižek, 2020, p. 10.) Sabemos que tanto Agamben como Žižek têm visões políticas democráticas, no entanto, a expressão “Estado forte” é muito ambígua e poderá ser interpretada por alguns como uma espécie de representação benévola de regimes não democráticos, ou mesmo de regimes e governos que, muito embora respaldados por votação democrática, assumem hoje uma natureza autoritária ou autocrática.

Uma tendência generalizada, todavia, foi a assunção explícita de maior protagonismo do Estado. E como atrás referi, gerou-se, em geral, um compreensível e urgente apelo social para que o Estado passasse a ser (ou voltasse a ser) mais proativo no acionamento e fortalecimento de políticas públicas. Paradoxalmente, políticas cuja redução, ou mesmo desmantelamento, ele próprio permitira e até incentivara no auge do neoliberalismo. Por isso, poder-se-ão

considerar os paradoxos e contradições do Estado, traduzidos agora numa espécie de “keynesianismo de exceção” (Caldas et al., 2020). Trata-se de uma intervenção conjuntural, com características muito particulares, na qual o Estado tem usado uma espécie de “keynesian toolkit”, na expressão metafórica de Pietro Maffettone e Chiara Oldani (2020, p. 505). Nesta hipótese, faz sentido que as referidas medidas possam não apenas ser entendidas em função de alguns direitos sociais básicos e necessidades de sobrevivência, como também (ao menos na sua função latente) ser um contributo para a manutenção da coesão social num contexto de crise. Também por isto, as políticas sociais mais estruturantes que puderam ser desenvolvidas noutra período histórico (e que pressupuseram o reconhecimento de uma maior soberania e autonomia do Estado nacional) não podem deixar de ser reequacionadas, uma vez que as condições económicas, políticas e culturais são hoje muito diferentes.

Para além das condicionantes mais amplas que decorrem da globalização e transnacionalização do capitalismo, a questão da soberania dos Estados nacionais é ainda mais complexa porque admite especificidades no que diz respeito aos países que integram organizações regionais que os vinculam fortemente, como é o caso da União Europeia ou mesmo do Mercosul, em previsível aprofundamento e consolidação. Exemplifico apenas com um caso concreto. Muito embora as políticas sociais continuem em grande medida entregues aos Estados nacionais, Portugal está vinculado a decisões de nível supranacional com repercussões internas importantes para as políticas públicas. Relembro a este propósito o facto de o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia terem tido um papel decisivo quando integraram a *troika*, e esta, por sua vez, ter imposto aos portugueses medidas de forte austeridade que, em associação com as consequências que vinham da crise financeira de 2008, contribuíram para agravar significativamente o já insuficiente financiamento do Serviço Nacional de Saúde (o serviço público paradigmático do nosso Estado-providência). E esta intervenção somou-se ao desinvestimento em políticas públicas, como consequência neoliberal da redução do papel do Estado.

Tal como aconteceu noutros países, “quarenta anos de neoliberalismo deixaram o (setor) público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública na escala do coronavírus” (Harvey, 2020, online). Mas a atual pandemia não é apenas uma crise sanitária “é também uma crise política e ideológica (Giroux, 2020, p.3). De facto, no momento em que surgiu, as condições que subsistiam em muitos países, para dar conta de inesperadas emergências sociais, revelaram imediatamente as consequências do lado mais nefasto das políticas de destruição intencional dos bens públicos (construídos através de décadas de lutas e movimentos emancipatórios de democratização política, económica e cultural), passando assim a estar em causa a preservação de direitos

humanos básicos devido à adoção de políticas que assentaram essencialmente em diferentes formas de privatização e mercadorização de bens e serviços que deveriam ser *comuns*. Estas políticas, apesar das resistências sociais para evitar o seu desmantelamento, ainda assim, e no melhor dos casos, não deixaram de reduzir significativamente o Estado-providência, quer nas sociedades onde essa forma política de Estado estava mais consolidada, quer em sociedades semiperiféricas, como a portuguesa, em que o próprio modelo tinha, mais tardiamente e depois da *revolução dos cravos*, alcançado uma configuração mais efetiva, ainda que mais frágil, porque já em contraciclo face à agenda neoliberal emergente nos anos setenta. Pior ainda se encontravam muitas sociedades periféricas no contexto capitalista mundial cujo Estado não chegara nunca a criar condições básicas minimamente consistentes e sustentáveis para a manutenção de direitos sociais, de tal modo que continuam a ser (com os agravamentos previsíveis) as mais vulneráveis aos efeitos pandémicos, sem esquecermos, todavia, que há muitos grupos sociais que em sociedades semiperiféricas e mesmo centrais estão igualmente arredados de quaisquer direitos fundamentais e, portanto, mais expostos a todas as consequências desumanas daí decorrentes. Sabemos do agravamento das desigualdades na distribuição de riqueza a nível mundial, como, entre outros trabalhos, deixa claro *O Capital no Século XXI* de Thomas Piketty. E as tendências nesse mesmo sentido não param, como mostram os efeitos da crise financeira de 2008-2009 e as consequências que já se fazem sentir da recessão económica provocada pela Covid-19.

São afinal desigualdades que não apenas se mantêm como se acentuam, já que as mudanças que se têm verificado em inúmeros níveis e domínios da vida social não parecem alterar a configuração estrutural das formas hegemónicas de dominação e exploração. Não deixa, por isso, de ser algo ingénuo pensar que é principalmente o próprio capitalismo que vai sair debilitado desta crise. O capitalismo corre alguns riscos, como pudemos perceber no início da pandemia quando, por exemplo, pela voz de governantes autoritários e autocráticos, assistimos à desvalorização dos contágios para, simultaneamente, justificar a defesa do funcionamento ‘normal’ da economia, a qualquer custo. Como a este propósito escreveu Marco D’Eramo (2020, p. 26), “os graves danos que esta epidemia ameaça infligir ao capital explicam a relutância dos políticos em impor o isolamento e a quarentena”. Observação semelhante fazem outros autores quando escrevem que “o autoritarismo de exceção, apoiado na mobilização de ferramentas distópicas, e orientado para a permanência ou o regresso rápido à produção, sem segurança, dos que não podem teletrabalhar ou passar quarentenas em paraísos artificiais, anuncia-se como o pavimento, não de uma estrada, mas de uma verdadeira autopista para a servidão (Caldas; Silva; Cantante, 2020, p.141).

Mas sabemos que a possibilidade de lidar com a enorme heterogeneidade de problemas é distinta consoante os países: tem graus diversos quando considerados os recursos disponíveis para as políticas públicas, as orientações político-ideológicas dos governos, os níveis culturais e educacionais, os avanços tecnológicos e de investigação, a solidez do tecido produtivo, a vitalidade dos movimentos sociais, a densidade da democracia, o grau de interiorização dos direitos, as marcas da histórica social, entre muitos outros fatores. Além disso, quando consideradas algumas dimensões micro e meso-sociológicas, as desigualdades continuarão a ser maximizadas consoante os efeitos que as diferentes formas de dominação e de exploração (de classe, etnia, religião, género, raça...) exercem, direta ou indiretamente, sobre os indivíduos ou comunidades – efeitos maximizados pela sua condição social e jurídica, sendo ou não cidadãos nacionais (sobretudo quando são pobres, sem-abrigo, refugiados, requerentes de asilo, imigrantes...), ou quando têm trabalhos precários e desqualificados. Aliás, a ideia de que a pandemia não reconhece barreiras de classe ou outro tipo de fronteiras sociais é um “mito conveniente” (Harvey, 2020, online), uma vez que os impactos são altamente assimétricos. Gøran Therborn sublinha em texto recente que “a pandemia de Covid-19 é uma grande causadora de desigualdade (‘a great unequalizer’), tanto viral como economicamente, com feroz discriminação tanto dentro como entre classes, entre homens e mulheres, gerações e grupos étnicos” (Therborn, 2020, p. 85).

Por estas e outras razões, uma problemática que exige sempre uma análise crítica mais demorada e sustentada, diz respeito justamente à exacerbação de reações racistas, sexistas e xenófobas, articuladas com certos etnonacionalismos radicais, em expansão. Em decorrência da crise pandémica, estas reações têm vindo a ser mais frequentes por incitamento de redes sociais, partidos e movimentos populistas de extrema-direita, aproveitando-se da situação de maior vulnerabilidade de alguns grupos sociais, entre os quais os imigrantes, os refugiados e os requerentes de asilo⁵. Como alguns autores sublinham, o racismo e a xenofobia não são reações novas em contexto pandémico, uma vez que isso tem acontecido noutras situações históricas. Atualmente, por força dos movimentos nacionalistas excludentes e do aumento das desigualdades, ambos anteriores à pandemia, criaram-se condições particularmente propícias ao ressurgimento da xenofobia e do racismo após a eclosão e progressão da Covid-19 (Elias, et al.,

⁵ Ainda não há muito tempo, alguns cientistas políticos referiam Portugal como uma exceção no que diz respeito à emergência de partidos e movimentos de extrema-direita. Hoje, infelizmente, essa realidade está mudando. Agradeço a Ilse Gomes Silva por ter propiciado a oportunidade e o incentivo para eu poder pensar mais nestas questões, não apenas em decorrência do fato de ela ter assumido esse objeto de estudo no período de pós-doutorado, que está acabando de fazer em Portugal.

2021). Esta é, indiscutivelmente, uma outra prioridade para uma intervenção democrática do Estado, a que nenhum de nós pode ser alheio.

Para finalizar

Temos hoje uma forte disputa pelo significado da crise pandémica, na qual estão envolvidos cientistas, *lobbies* da indústria farmacêutica e das empresas das tecnologias digitais, governos, parlamentos e partidos políticos com diferentes oritções ideológicas, sindicatos, movimentos sociais, e tantos outros atores individuais e coletivos. Esta é também uma luta que os sociólogos, cientistas políticos e outros intelectuais, não podem deixar de travar, de modo a contribuir para definir o significado mais adequado da crise. Como escreveu a este propósito Geoffrey Pleyers, “Não existe um caminho fácil que leve da pandemia a um mundo melhor e menos desigual. A necessidade urgente de um mundo mais justo não é argumento suficiente para que isso aconteça. O surto de Covid-19 é um campo de batalha por futuros alternativos” (Pleyers, 2020, p. 308). Da minha parte, reconheço a importância das relações de poder e as diferentes legitimidades que estruturam a disputa atual pelos significados da crise pandémica. Daí resultarão caminhos decisivos. Para já, e na linha de outro autor, “estou simplesmente tentando fazer parte dos estágios iniciais das conversas sociológicas em relação ao maior (e potencialmente mais desastroso e assustador) evento global de nossos tempos” (Ward, 2020, p.735).

Referências

- AFONSO, Almerindo J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- ALFIE COHEN, Miriam. Riesgo, depredación y enfermedad: Covid-19. *Sociología*, n.100, mayo-agosto, p. 67-96, 2020.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Estado, nação, transnacionalização: reflexões em torno do *Manifesto do Partido Comunista*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 4, p. 19-26, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BARBEITO IGLESIAS, Roberto L. & IGLESIAS ALONSO, Ángel, H. (2020). Democracias en cuarentena: respuestas políticas a la COVID-19 y el futuro de la democracia. *Revista Española de Sociología*, v. 29, n. 3, p.703-714, 2000.

- BÖRNER, Stefanie. Is the coronavirus going to reshape the European welfare state? In Social Europe. *The Coronavirus Crisis and the Welfare State*. Berlin: Social Europe Publishing /Friedrich Ebert Stiftung, p. 20-26, 2020.
- BRINGEL, Breno. Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. *Geopolítica(s)*, 11 (Especial), p. 173-187, 2020.
- CALDAS, José Castro; SILVA, Ana Alves & CANTANTE, Frederico. *As Consequências Socioeconômicas da COVID-19 e a sua Desigual Distribuição*. Lisboa: CoLABOR, 2020. Disponível em: <Conshttps://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/07/As-consequencias-socioeconomicas-da-COVID-19-e-sua-desigual-distribuicao.pdf>. Acesso em 08 dez. 2020.
- CAMARGO, F. Molano. *Capitalismo y pandemias*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.
- CAPANO, Giliberto; HOWLETT, Michael; JARVIS, Darryl; RAMESH, M & GOYAL. Mobilizing policy (in)capacity to fight COVID-19: Understanding variations in State Responses. *Policy and Society*, v. 39, n.3, p. 285-308, 2020.
- D'ERAMO, Marco. The philosopher's epidemic. *New Left Review*, 122, p. 23-28, 2020.
- DARDOY, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo, Boitempo, 2017.
- EDMISTON, Daniel. Solidarity for whom? Selective social rights in a pos-Brexit welfare settlement. In: DONOGHUE, Matthew; KUISMA, Mikko (Org.). *Whither Social Rights in (Post-) Brexit Europe?* Berlin and London: Social Europe Publishing/Friedrich Ebert Stiftung, 2020.
- ELIAS, Amanuel; BEN, Jehonathan; MANSOURI, Fethi; PARADIES, Yin (2021): Racism and nationalism during and beyond the COVID-19 pandemic. *Ethnic and Racial Studies*, Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epub/10.1080/01419870.2020.1851382?needAccess=true>. Acesso em 08 dez. 2020.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, São Paulo, n; 24, p. 85-116, 1991.
- EVANS, Peter *et al.* *Bringing the State Back In*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1985. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628283.002>
- GIROUX, Henry. La pandemia del Covid-19 está exponiendo la plaga del neoliberalismo. *Praxis educativa*, v. 24, n. 2, p.1-13, 2020.
- HANAFI, Sari. *Post-Covid-19 Sociology*. 2020. Disponível em <<https://www.isa-sociology.org/frontend/web/uploads/files/Post-COVID-19%20Sociology.pdf>>. Acesso em: dez. de 2020.

- HARVEY, David. Anti-capitalist politics in the time of COVID-19. *Jacobin Magazine*. 2020. Disponível em: <<https://jacobinmag.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions>>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- JESSOP, Bob. Bringing the State Back In (Yet Again): Reviews, Revisions, Rejections, and Redirections. *International Review of Sociology*, v. 11, n. 2, p.149-173, 2001.
- LAVAL, Christian. A pandemia de covid-19 e a falência dos imaginários dominantes. *Mediações*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, 2020.
- LAVAL, Christian. *Para além do paradigma do Estado: pandemia, solidariedade humana e o comum*. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/31/para-alem-do-paradigma-do-estado-pandemia-solidariedade-humana-e-o-comum/>>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- MAFFETTONE, Pietro; OLDANI, Chiara. COVID-19: A Make or Break Moment for Global Policy Making. *Global Policy*, v. 11, n. 4, p. 501-507, 2020
- MALEŠEVIĆ, Siniša. Imagined Communities and Imaginary Plots: Nationalisms, Conspiracies, and Pandemics in the Longue Durée. *Nationalities Papers* p. 1–16, 2020.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014.
- PLEYERS, Geoffrey. The pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown. *Journal of Civil Society*, vol. 16, n. 4, p. 295-312, 2020.
- SILVA, Saulo Pinto. Capitalismo de sufocamento: cansaço, confinamento e respiração. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 44, p.119-131, 2020.
- THERBORN, Göran. Dreams and nightmares of the world's middle classes. *New Left Review*, n. 124, p. 63-87, 2020.
- TORGAL, Luís Reis. O conceito de “Estado social” na propaganda do Estado Novo. In: PENA-RODRIGUEZ, Alberto; PAULO, Heloisa (orgs.). *A Cultura do Poder: A propaganda nos estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 39-67, 2016.
- TURNER, Bryan S. Is Covid-19 part of history's eternal dance macabre? In: Boomgaarden, G. (Ed.). *International Social Science Thought Leaders Reflect on COVID-19*. Berlin: De Gruyter, p. 5-11, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_covid19_and_education_august_2020.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- WARD, Paul R. A sociology of the Covid-19 pandemic: A commentary and research agenda for sociologists. *Journal of Sociology*, v. 56, n. 4, p. 726-735, 2020.

WOODS, Eric T.; SCHERTZER, Robert; GREENFELD, Liah; HUGHES Chris; MILLER-IDRISS, Cynthia. COVID-19, nationalism, and the politics of crisis: A scholarly exchange. *Nations and Nationalism*, n. 26, p. 807–825, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemic! Covid-19 Shakes the World*. New York/ London: OR Books, 2020.